

## INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II – TURMA B

### Exame Coincidências – 1.<sup>a</sup> época

30 de junho de 2021

90 minutos

#### I

1. Será que a filha de **Madalena**, estudante do Colégio Privado Montanha, está sujeita à vacinação obrigatória?

Nesta questão o aluno deverá, pelo menos:

- i) Identificar o problema interpretativo;
  - ii) Analisar o objeto interpretativo “ensino público” presente no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 22/2021 e determinar a sua possível aplicação a ensino privado;
  - iii) Analisar o contributo de todos os elementos e critérios de interpretação presentes no artigo 9.º/1 do CC, partindo do elemento literal, para os elementos lógicos (em especial, o elemento sistemático, elemento teleológico);
  - iv) Nesta fase, será privilegiada a coerência da resposta do examinando: identificar a possível contrariedade entre os elementos lógicos; verificar se há “um mínimo de correspondência verbal”, de acordo com o artigo 9.º/2 do CC.
  - v) Valorização da concreta ponderação dos vários elementos interpretativos fornecidos e tomada de posição justificada, aludindo ao critério de delimitação entre a interpretação extensiva ou a aplicação analógica da lei;
2. Na sequência de um surto de COVID-19, originado por festejos entre vários estudantes universitários de Lisboa, o **Reitor da Universidade de Lisboa** questiona se poderá impor a vacinação dos estudantes universitários e se os mesmos terão de pagar a referida multa caso não sejam sujeitos a vacinação.

Nesta questão o aluno deverá, pelo menos:

- i) Identificar o problema interpretativo;
- ii) Analisar o objeto interpretativo “ensino público básico e secundário” presente no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 22/2021 e determinar a sua possível aplicação ao ensino superior;

- iii) Analisar o contributo de todos os elementos e critérios de interpretação presentes no artigo 9.º/1 do CC, partindo do elemento literal, para os elementos lógicos; discutir o valor do preâmbulo na determinação do sentido da lei e restantes elementos;
- iv) Discutir a possibilidade de uma interpretação extensiva ou de uma aplicação analógica da lei;
- v) Referência às proibições de analogia.

3. Suponha que a legislação anterior previa que o contrato de aquisição de vacinas contra a COVID-19 tinha de ser celebrado através de documento particular, o **Diretor do Escola Básica do Seixal** questiona se o contrato celebrado oralmente ainda na vigência da legislação anterior é, ou não, válido após a aprovação do Decreto-Lei n.º 22/2021.

Nesta questão o aluno deverá, pelo menos:

- (i) Enunciar a regra da sobrevigência da Lei Antiga presente no artigo 12.º/2, 1ª parte, no que respeita a situações em que a Lei Nova dispõe acerca de condições de validade formal.
- (ii) Abordar a admissibilidade de efeito confirmativo, nos casos expressamente determinados pelo legislador, de uma Lei Nova que venha aligeirar condições de validade formal ou substancial de um facto passado.
- (iii) Discutir a admissibilidade de leis confirmativas tácitas, a partir da admissão de uma ideia de retroatividade *in mitius*, e respetivos pressupostos.

## II

**Responda a duas, e apenas a duas, das seguintes questões:**

1. Nesta questão o aluno deverá fazer identificar os graus de retroatividade e fazer referência aos limites à retroatividade, relacionando com os princípios jurídico em causa.
2. Nesta questão o aluno deverá identificar os dois argumentos, explicando a sua relação e articulação no âmbito da interpretação enunciativa.
3. O aluno deverá definir as duas figuras, e pronunciar-se sobre a delimitação conceptual das figuras, o seu alcance e efeitos.

Cotação: I – 12 valores (4x5x3); II– 6 valores (3x3); Ponderação Global – 2 valores.